

Estatais mais rentáveis darão reajuste maior

A política salarial das empresas estatais para 1985 vai observar uma certa "flexibilidade", ou seja, as companhias mais rentáveis e cuja categoria profissional exerça maior pressão poderão conceder reajustes maiores, além do que a própria lei prevê. Já as empresas deficitárias deverão ficar restritas aos seus orçamentos. O governo já definiu que o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) será mantido, cabendo a este órgão ratificar os acordos feitos entre empresas do governo e seus empregados.

O titular da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest), Henri Philipe Reichstul, disse que o governo não optará por fixar parâmetros rígidos nesta área, preferindo que "haja um bom senso", enquanto a idéia é de que o CNPS trabalhe com maior flexibilidade em suas decisões. A notícia da continuidade do Conselho esfria as pretensões dos sindicatos de empregados das estatais, que reivindicam a sua extinção pura e simples.

Entre as empresas estatais rentáveis, que sobrevivem sem subvenções do governo, estão a Embraer (fábrica de aviões), Petrobrás, Banco do Brasil, Cobra (computadores), Cia. Vale do Rio Doce, Correios e Telégrafos e algumas outras. Entre as menos rentáveis ou que sofrem prejuízos estão a Rede Ferroviária Federal, Caraíbas Metais e o conjunto das sidúrgicas, cuja holding, a Siderbrás, apresentou um prejuízo de Cr\$ 400 bilhões no exercício de 1984. O balanço da Siderbrás apontando este déficit nem chegou a ser divulgado e as principais causas teriam sido o protecionismo contra as exportações e a política de controle de preços do governo.

Participaram de uma reunião ontem na Sest, para discutir a política salarial nas estatais, além de Reichstul, representantes dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Trabalho. Desta última Pasta, estiveram Paulo Roberto Furtado, chefe da Assessoria Econômica e Dorothea Werneck, secretária de Emprego e Salário. O presidente do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos), Walter Barelli, embora chamado para participar, chegou na última hora. Ele defendeu a extinção do CNPS, mas Philipe Reichstul reafirmou, na sua frente, sua posição contrária. Segundo Barelli, o CNPS dificulta as negociações entre empregados e as estatais. "Estamos interessados em que haja menos patrões", disse o presidente do DIEESE.

Previdência

Se o crescimento econômico do Brasil situar-se em 5% este ano, e não for exclusivo dos setores voltados a exportação, o ministro Waldir Pires acredita que a consequente elevação da arrecadação cobrirá o déficit da Previdência Social, calculado em Cr\$ 8 trilhões até o final do ano. Mas, para isto, o ministro lembrou que precisará ser montado um rígido sistema para evitar sonegação das contribuições previdenciárias.